

IV PROJETAR 2009  
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA  
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL  
Outubro 2009

**EIXO: INTERVENÇÃO**

**TÍTULO DO TRABALHO:** SOLUÇÕES PARA A ACESSIBILIDADE EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS  
PROTEGIDAS POR ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO

**AUTOR 1:** ISABELA FERNANDES ANDRADE

Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ/CTC/UFSC, Caixa Postal 476 - CEP 88040-900, Trindade - Florianópolis - SC –  
E-mail: bebelafa@hotmail.com

**AUTOR 2:** VERA HELENA MORO BINS ELY

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Engenharia de Produção, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ/CTC/UFSC, Caixa Postal 476 - CEP 88040-900, Trindade - Florianópolis - SC – E-mail: vera.binsely@hotmail.com

## **RESUMO**

As cidades brasileiras surgiram em uma época em que não havia a preocupação em incluir as pessoas com deficiências na sociedade. O desenho urbano contemplava ruas estreitas e acíves. As edificações, inseridas nesse contexto e que constituem o patrimônio histórico, hoje estão protegidas por leis de preservação, mas não estão adaptadas para atender a todas as pessoas.

Os projetos de revitalização de áreas históricas devem contemplar não só o espaço aberto, como transitar pela calçada de uma rua, mas também permitir o acesso às edificações. A aplicação da legislação vigente de acessibilidade nos dias atuais se faz necessária para que esses edifícios possam ser frequentados por todas as pessoas, independente de suas capacidades ou limitações, como previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos: todas as pessoas têm os mesmos direitos perante a lei, inclusive à cultura e ao lazer. Muitas dessas edificações abrigam hoje serviços públicos e atividades culturais, como prefeituras, museus e teatros.

O objetivo deste trabalho é justamente identificar as possíveis soluções para os problemas de acessibilidade enfrentados pelas pessoas em edificações históricas que foram revitalizadas e hoje atendem uso público, a partir do estudo de caso desenvolvido na cidade de Pelotas, RS.

A partir dos diferentes métodos aplicados nesta pesquisa - como visita exploratória e passeios acompanhados - foi possível identificar as principais barreiras à acessibilidade existentes em edificações históricas de arquitetura eclética. Após o levantamento destes problemas, buscaram-se na literatura e em visitas exploratórias exemplos positivos de intervenções, que poderiam ser adotadas para solucioná-los e, com isso, gerou-se algumas recomendações. Espera-se que o conhecimento obtido nesta pesquisa contribua para o aprimoramento da legislação de acessibilidade em bens tombados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória; Acessibilidade Espacial; Edificação Histórica

**EIXO:** Intervenção

## **RESUMEN**

Las ciudades brasileñas surgieron en un momento en que no existía la preocupación de incluir a los discapacitados en la sociedad. El diseño urbano era hecho con calles estrechas. Los edificios, colocados en su contexto y que constituyen el patrimonio histórico, están protegidas por las leyes de conservación, pero no están adaptados para servir a todas las personas.

Proyectos de revitalización de zonas históricas debe incluir no sólo el espacio abierto como llevado por la acera de una calle, sino también permitir el acceso a los edificios. La aplicación de la ley de la accesibilidad hoy en día es necesario para que estos edificios pueden ser atendidos por todas las personas, independientemente de sus capacidades o limitaciones, según lo dispuesto en la Declaración Universal de los Derechos Humanos: todas las personas tienen igualdad de derechos ante la ley, incluida la cultura y de ocio. Muchos de estos edificios atienden hoy los servicios públicos y las actividades culturales, tales como salas, museos y teatros.

El objetivo de este trabajo es identificar las posibles soluciones a los problemas de asequibilidad para las personas en edificios históricos que se han revitalizado y ahora asisten a uso público, desde el estudio de caso desarrollado en la ciudad de Pelotas, Brasil.

De los diferentes métodos aplicados en esta investigación - como visitas exploratorias y tours seguidos - fue posible identificar las principales barreras a la accesibilidad en los edificios históricos de arquitectura ecléctica. Después de la eliminación de estos problemas, en que la literatura y visitas exploratorias a los ejemplos positivos de las intervenciones, que se podrían adoptar para resolverlos, generando algunas recomendaciones. Se espera que los conocimientos adquiridos en esta investigación contribuye a la mejora de la legislación de la accesibilidad sobre bienes del patrimonio.

**PALABRAS CLAVE:** Memória, Accesibilidad al espacio, Edificio Histórico

**EIXO:** Intervención

## **ABSTRACT**

The Brazilian cities emerged at a time when there was a concern to include the disabled in society. The urban design include narrow streets. The buildings, placed in context and which constitute the historical heritage, are now protected by laws of conservation, but are not adapted to serve all people.

Projects of revitalization of historic areas should include not only the open space as carried by the sidewalk of a street, but also allow access to buildings. The application of the law of accessibility today is necessary for these buildings may be attended by all persons, regardless of their abilities or limitations, as provided in the Universal Declaration of Human Rights: all people have equal rights before the law, including the culture and leisure. Many of these buildings now host public services and cultural activities, such as halls, museums and theaters.

The objective of this work is to identify possible solutions to the problems of affordability faced by people in historic buildings that have been revitalized and now attend public use, from the case study developed in the city of Pelotas, Brazil.

From the different methods applied in this research - as exploratory visits and tours followed - it was possible to identify the main barriers to accessibility in existing historic buildings of eclectic architecture. After the removal of these problems, looked to the literature and exploratory visits to examples of positive interventions, which could be taken to resolve them, thereby generating a few recommendations. It is hoped that the knowledge gained in this research contributes to the improvement of accessibility of the legislation on goods fallen.

**KEYWORDS:** Memory, Spatial Accessibility, Historic Building

**EIXO:** Intervention

## **1. INTRODUÇÃO**

Observando os edifícios históricos percebe-se que, na época de suas construções, não havia a preocupação com a questão da acessibilidade espacial. Embora o tema esteja em constante discussão, incluindo aos poucos pessoas que sofrem algum tipo de limitação nas atividades cotidianas, o binômio acessibilidade e patrimônio é gerador de diversos conflitos.

A realidade brasileira mostra que existem hoje 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Cabe lembrar também das pessoas com alguma limitação para realizar atividades, temporária ou não, como mulheres grávidas ou com carrinhos de bebê. Além disso, observa-se um crescente aumento na população idosa que, ao longo dos anos, costuma apresentar diversas dificuldades devido ao processo natural de envelhecimento.

Visto isso, a grande dificuldade que se enfrenta é tornar o patrimônio histórico acessível, preservando as características que fizeram destes bens parte da história e da memória de um grupo e, por isso, são protegidos, mas que, ao mesmo tempo, devem permitir que qualquer usuário, independente de suas condições fisiológicas, possa participar das atividades que ali ocorrem.

Este trabalho tem como objetivo identificar as possíveis soluções para os problemas de acessibilidade enfrentados pelas pessoas em edificações históricas que foram revitalizadas e hoje atendem uso público, a partir do estudo de caso desenvolvido na cidade de Pelotas, RS.

Para a compreensão do referencial teórico utilizado nesse artigo, define-se o conceito de acessibilidade espacial, assim como seus componentes e o conceito de arquitetura eclética em Pelotas, identificando seus principais elementos. Em seguida são apresentados os métodos adotados nos estudos de caso e parte de seus resultados para, finalmente, indicar possíveis soluções para os problemas identificados.

## **2. ACESSIBILIDADE ESPACIAL**

A acessibilidade vai além de espaços que possam ser utilizados por todas as pessoas de forma equivalente. Dischinger, Bins Ely e Piardi (2009) definem que “Acessibilidade espacial significa bem mais do que poder atingir um lugar desejado. É também necessário que o local permita ao usuário compreender sua função, sua organização e relações espaciais, assim como participar das atividades que ali ocorrem”. As autoras afirmam que essas ações devem ser executadas com segurança, conforto e independência.

Pode-se dizer que falar em acessibilidade é projetar edifícios, cidades e produtos que possam ser utilizados com conforto, segurança e independência por todas as pessoas, independente de suas capacidades ou limitações, de forma igualitária.

Para um melhor entendimento do conceito de acessibilidade, é importante mencionar as condições de acesso à informação, das possibilidades de deslocamento e de uso do espaço, onde todos os indivíduos possam participar de atividades e assim, exercer seu direito de cidadão, conforme é previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988.

Costuma-se utilizar o termo ‘deficiência’ para se referir não só ao problema de origem do indivíduo, mas também a noções de incapacidade. Cabe salientar que a presença de uma deficiência não implica em

incapacidade (GERENTE, 2005, P.22). Para ilustrar, pode-se citar que pessoas com deficiência física e que necessite de uma cadeira de rodas para se deslocar pode realizar suas tarefas com plena participação nas atividades. Se além de uma escada houver uma rampa, esta pessoa não sofre restrição de deslocamento e, assim, tem seu acesso garantido. Ao mesmo tempo, qualquer pessoa pode sofrer alguma restrição do meio mesmo que não tenha deficiência, como uma mãe com carrinho de bebê ao subir uma calçada que não possua guias rebaixadas. Nesse caso o ambiente faz com que a pessoa sofra restrição na realização desta atividade.

Para efeitos deste trabalho, entende-se deficiência como um problema específico de uma disfunção no nível fisiológico do indivíduo e restrição diz respeito à relação existente entre indivíduos e meio ambiente.

### **2.1. Componentes de Acessibilidade Espacial**

Com o intuito de orientar as ações de avaliação e fiscalização dos edifícios públicos, Bins Ely, Dischinger e Piardi (2009) definiram os Componentes de acessibilidade espacial em quatro categorias: orientação espacial, comunicação, deslocamento e uso. Conforme as autoras, “cada componente é constituído por um conjunto de diretrizes que definem características espaciais de forma a permitir a acessibilidade aos edifícios públicos e minimizar possíveis restrições”.

A **orientação espacial** está ligada à compreensão do espaço, permitindo, assim, que as pessoas reconheçam a identidade de suas funções e definam estratégias de deslocamento e uso. A **comunicação** diz respeito a possibilidade de troca de informações entre pessoas ou entre pessoas e equipamentos de tecnologia assistiva. O **deslocamento** faz referência às condições de movimento ao longo de percursos horizontais e verticais de forma independente e segura. O **uso** é a possibilidade de participação de todo e qualquer indivíduo nas atividades, podendo utilizar tanto os ambientes quanto os equipamentos.

Para que se obtenha a acessibilidade espacial, é necessário que se atenda aos componentes em sua totalidade. Cabe salientar que a ausência de um destes componentes resulta no comprometimento dos demais.

## **3. ARQUITETURA ECLÉTICA EM PELOTAS**

A arquitetura eclética é definida pela presença de diferentes códigos estéticos, com os mais variados estilos arquitetônicos. Conforme Schlee (1993, p.12), a definição existente no Dicionário da Arquitetura Brasileira (CORONA e LEMOS, 1972, p. 177) é basicamente “reflexo de um juízo de valores: ‘movimento ou tendência resultante da falta de originalidade e de caráter na obra arquitetônica’ condenando, dessa maneira, todas as obras resultantes do método eclético”. Já Fabris (1987, p.7) afirma que “[...] em todo o Brasil, o Eclétismo foi sinônimo de modernidade e de modernização”. A cidade de Pelotas acompanhou a evolução social e econômica e com a implantação da arquitetura moderna não se observou um rompimento com os preceitos ecléticos.

Santos afirma que (2002, p.31) “a cidade de Pelotas ainda hoje apresenta um conjunto arquitetônico representativo do final do século XIX e princípio do século XX, período em que se desenvolvia no Brasil uma arquitetura estruturada no estilo Neoclássico, ao qual se mesclavam elementos de estilos variados, característicos do Eclétismo [...]”.

A partir do estudo, constata-se que a arquitetura eclética pelotense é caracterizada, principalmente, por casas de porão alto, elementos da arquitetura clássica, uso de platibandas, frontões para marcar o acesso principal, aplicação de pilastras e esculturas sobre as paredes, emolduramento das aberturas, gradis de ferro com detalhes ornamentais, telhados em lâminas de aço ou telhas especiais, estuque e gesso decorado no teto interno, escadas com piso de mármore que serviam para proteger a intimidade do interior da vista dos passantes, calçadas revestidas de ladrilho hidráulico decorado e a relação com o lote (durante um período, as construções eram edificadas no limite dos lotes e na metade do século passado começaram a apresentar algum tipo de recuo).

### **3.1. Centro Histórico**

O Centro Histórico de Pelotas é constituído pela Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno, dispondo de importante patrimônio histórico e cultural edificado. Os edifícios, construídos entre os séculos XVIII e XIX, são hoje protegidos por leis de preservação em diferentes níveis, garantindo a unidade do conjunto. Esses prédios foram edificados ao longo dos tempos e forneceram ao contexto urbano uma unidade e harmonia, gerada a partir do respeito entre as diversas arquiteturas do entorno (MOURA e SCHLEE, 2002, p.22-23).

Uma importante conquista feita nos últimos anos foi a inclusão de Pelotas como uma das vinte e seis cidades que participam do Programa Monumenta, devido a sua representatividade histórica e cultural em nível nacional. Conforme o IPHAN (2007, p.7-8), “a aristocracia do charque desapareceu, mas deixou herança significativa em termos de patrimônio arquitetônico e cultural, que Pelotas se esforça para conservar há alguns anos, com importante contribuição do Programa Monumenta”.

### **4. OBJETO DE ESTUDO**

As edificações foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: são edificações tombadas do Centro Histórico da cidade; pertencem à área de abrangência do Programa Monumenta; suas fachadas são ecléticas; possuem uso misto, institucional e cultural tendo, em seu interior, espaços destinados a museu e galeria de arte. A partir do levantamento cadastral e com base nos critérios já descritos, os edifícios escolhidos foram:

- a) Residência do Charqueador Viana (Casarão 2): edificação que já passou pela intervenção total pelo Programa Monumenta (interna e externa) e hoje recebe novo uso de centro cultural e Secretaria de Cultura do município (inicialmente era de uso residencial unifamiliar);
- b) Prefeitura Municipal: recebeu intervenções do Monumenta em relação às fachadas e hoje abriga um espaço cultural, área museológica e a Prefeitura (inicialmente funcionava a Câmara de Vereadores).

### **5. MÉTODOS APLICADOS AOS ESTUDOS DE CASO**

Apesar dos projetos de revitalização terem considerado os parâmetros de acessibilidade presentes na ABNT NBR 9050/2004 e as recomendações do Decreto nº 5296/2004, diversos problemas ainda são identificados.

Para o levantamento dos problemas de acessibilidade nas duas edificações já revitalizadas, foram utilizados dois métodos distintos: visita exploratória e passeios acompanhados. Justifica-se a escolha de

diferentes métodos já que cada um tem objetivos específicos quanto aos dados que se pretende obter e, desta forma, pode-se sanar suas possíveis limitações, complementando-os.

### **5.1 Visita Exploratória**

A visita exploratória consiste no registro do espaço construído quanto às condições de acessibilidade do local, sob a visão do técnico (arquiteto), a partir das técnicas de medições e registros fotográficos que auxiliaram o preenchimento de informações em planilhas. As planilhas adotadas foram desenvolvidas por Dischinger, Bins Ely e Piardi (2005) para serem utilizadas no Programa de Fiscalização do Ministério Público de Santa Catarina, em conformidade com a legislação de acessibilidade, como a ABNT NBR 9050/2004 e o Decreto nº 5296/2004.

As planilhas elaboradas pelo programa compreendem diferentes ambientes, tais como: áreas de acesso à edificação, saguões, salas de recepção e espera, circulações verticais e horizontais e sanitários. Além disso, aplicou-se a planilha desenvolvida por OLIVEIRA (2006) no museu e galeria de arte. Ao todo, foram aplicadas seis planilhas.

Com base na aplicação das planilhas foram elaborados quadros com os resultados obtidos. A aplicação deste método foi de fundamental importância para conhecer o local e realizar uma avaliação prévia das condições de acessibilidade a partir da visão do técnico.

### **5.2 Passeio Acompanhado**

Com o objetivo de identificar informações sobre as principais facilidades e dificuldades encontradas na orientação espacial, na comunicação, no deslocamento e no uso de equipamentos/ mobiliários por pessoas com restrições nos edifícios históricos, optou-se pela realização do método denominado Passeio Acompanhado, desenvolvido por Dischinger (2000, p.50).

O método consiste em visitas acompanhadas aos locais que se pretende avaliar, junto a pessoas que sofrem restrições no uso do espaço ou alguma característica considerada relevante para a pesquisa. Inicialmente, são estabelecidas as atividades que o entrevistado deverá cumprir e, ao longo do percurso por ele utilizado, é observado seu comportamento e são feitos questionamentos a respeito das tomadas de decisão. Conforme Dischinger (2000), o pesquisador não deve ajudar ou conduzir, podendo interferir somente em situações que apresentem riscos ao entrevistado. Toda a conversa deve ser gravada para posteriormente ser transcrita e, com o auxílio da técnica da fotografia, os principais fatos devem ser registrados.

A fim de obter informações a respeito das condições de acessibilidade às edificações históricas em estudo, optou-se por realizar os passeios com indivíduos que pudessem apresentar problemas de orientação espacial, de comunicação, de deslocamento ou de uso do espaço. Cabe ressaltar que todos os entrevistados não tinham conhecimento prévio dos espaços internos das edificações. A amostra é composta por nove pessoas: indivíduo com muletas, mãe com carrinho de bebê, idosa, cego, pessoa sem deficiência ou aparente limitação, surdo, pessoa em cadeira de rodas e crianças, sendo uma iletrada.





No decorrer dos passeios, além das observações durante a realização das atividades foram também feitas perguntas em relação à percepção do ambiente e tomadas de decisão (comportamento e ação), complementando o método.

## 5. RESULTADOS DOS ESTUDOS DE CASO

Apresenta-se a seguir os resultados dos dois métodos aplicados, somente na área de acesso à edificação e em relação a um dos componentes de acessibilidade (orientação espacial). Cabe salientar que, ao todo, foram gerados vinte e quatro quadros, sendo avaliados os quatro componentes em cada um dos seis espaços estudado da edificação.

O quadro com os resultados apresenta a avaliação dos problemas identificados, os dois métodos aplicados em cada um dos edifícios estudados e as pessoas afetadas quando o problema é evidenciado.

RESULTADO   ÁREAS DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES   ORIENTAÇÃO ESPACIAL 						
AVALIAÇÃO DOS PROBLEMAS OBSERVADOS	OCORRÊNCIA NOS EDIFÍCIOS / MÉTODOS				PESSOAS AFETADAS	
	SECRETARIA DE CULTURA		PREFEITURA MUNICIPAL			
	VISITA	PASSEIO	VISITA	PASSEIO		
Não existe sinalização sonora para indicar que o semáforo está aberto						
Não há suporte informativo tátil no passeio que permita a identificação por pessoas com restrição visual do edifício e do percurso (linha-guia)						
Não é possível identificar o edifício (nome e função)						
Não existe sinalização visual localizada na borda do piso dos degraus						
Não existe sinalização tátil alerta no início e no término da escada						
Não existe sistema de sinalização de acesso alternativo para pessoas com deficiências ou dificuldade de locomoção						
Não existe símbolo internacional de acessibilidade a partir de sinalização de piso no estacionamento para deficientes						






Quadro 1 – Relação dos problemas observados em relação ao componente orientação espacial nas áreas de acesso à edificação com os métodos aplicados e as pessoas afetadas

O quadro 1 demonstra que os diferentes métodos adotados se complementaram no estudo. Exemplo disso é que na visita exploratória foi identificado que não existe sinalização visual localizada na borda do piso dos degraus, o que não pode ser identificado através do passeio acompanhado. Já no passeio acompanhado percebeu-se que não existe sistema de sinalização de acesso alternativo para pessoas com deficiências ou dificuldade de locomoção. Algumas informações, como a inexistência de sinalização tátil alerta no início de no término da escada e de sinalização para abandono de local puderam ser identificadas em ambos os métodos.

Todos os indivíduos podem sofrer alguma restrição quando se trata do componente orientação espacial, embora o mais afetado tenha sido o cego, seguido da pessoa em cadeira de rodas e da mãe com carrinho de bebê.

## 6. POSSÍVEIS SOLUÇÕES AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS

A partir dos problemas identificados pelos dois métodos nas duas edificações estudadas e organizados no quadro 1, foi construído o quadro 2. Esses problemas dizem respeito exclusivamente ao componente orientação espacial em um único ambiente, ou seja, no acesso à edificação. Para a formulação das sugestões buscaram-se exemplos de possíveis soluções em visitas exploratórias a diversas cidades e a partir de revisão bibliográfica.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES EM RELAÇÃO À ORIENTAÇÃO ESPACIAL			
PROBLEMAS IDENTIFICADOS	RESOLVÍVEL COM A APLICAÇÃO DE NORMA / LEI / MUDANÇA DE ATITUDE	ACESSIBILIDADE EM CONFLITO COM O PATRIMÔNIO	SUGESTÕES DE POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO
<p>Não é possível identificar o edifício (nome e função) desde o passeio por qualquer pessoa</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>Edificações possuem novos usos em relação aos seus usos originais e a inserção de placas informativas nas fachadas tombadas, por exemplo, podem interromper ou encobrir seus elementos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inserir totens ou placas de sinalização nas calçadas, que identifiquem as edificações históricas e seus novos usos</li> <li>Para atender aos deficientes visuais, as informações devem ser táteis (letra em relevo ou em Braille) e apresentar contraste de cor</li> </ul>
<p>Não há informação tátil na calçada que permita a identificação por pessoas com restrição visual da localização do edifício e do percurso até seu acesso (linha-guia)</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>Piso existente da época (ex.: ladrilho hidráulico) forma o contexto em que as edificações históricas estão inseridas, sendo inviável a sua substituição por piso tátil</p> <p>Muitas vezes as calçadas de áreas históricas são estreitas, não possibilitando a instalação de diferentes pisos táteis</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instalar adesivos táteis (guia e alerta) nos passeios, sinalizando a presença de edificação histórica e auxiliando o deslocamento seguro de pessoas com restrições visuais até seu acesso, sem prejuízo ao patrimônio</li> <li>No caso estudado (Pelotas), todo o piso das calçadas que formam seu centro histórico - contexto em que as edificações estudadas se encontram - foi substituído por peças semelhantes, mas novas. Isso possibilitaria que fossem adotados pisos com texturas e cores contrastantes, com o intuito de facilitar o percurso de um cego ou pessoa com baixa visão</li> </ul>
<p>Não existe sinalização de acesso alternativo para pessoas com deficiências ou dificuldade de locomoção</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há referência em normas / leis para solucionar este tipo de problema</li> </ul>	<p>O acesso principal não pode ser modificado devido às suas características históricas e, ao implantar um acesso alternativo, este não foi sinalizado para não prejudicar a visualização das fachadas, que são tombadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>No acesso principal deve haver informação visual instruindo sobre a existência de acesso alternativo e indicando a sua localização na edificação</li> <li>No acesso alternativo deve haver informação visual para sua fácil identificação</li> <li>O acesso alternativo deve ser mantido aberto para que possa ser utilizado sempre que necessário</li> </ul>
<p>Não existe sinalização tátil alerta no início e no término da escada</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsto no item 5.14.1.2c da ABNT NBR 9050/2004 (p.31) - "A sinalização tátil de alerta deve ser instalada perpendicularmente ao sentido de deslocamento no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,25m a 0,60m, afastada de 0,32m no máximo do ponto onde ocorre a mudança do plano"</li> </ul>	<p>O início se dá junto ao passeio, com piso de importância histórica (ex.: ladrilho hidráulico) e não pode ser modificado</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instalar adesivo tátil (alerta) no início e término das escadas</li> <li>No caso de Pelotas, aos instalar os novos pisos, poderia-se utilizar cor e textura diferenciadas para transmitir essa informação</li> </ul>
<p>Não existe sinalização visual e tátil localizada na borda do piso dos degraus</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsto no item 5.13 da ABNT NBR 9050/2004 (p.29) - "Todo degrau ou escada deve ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 0,02m e 0,03m de largura. Essa sinalização pode estar restrita à projeção dos corrimãos laterais, com no mínimo 0,20m de extensão"</li> </ul>	<p>Escadas externas com revestimento dos degraus em material de valor histórico (ex.: mármore) vencem o desnível relativo ao porão alto, característica da arquitetura eclética</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inserir faixa antiderrapante com cor contrastante já que a maioria das escadas externas são feitas em mármore, material liso e derrapante e a sua instalação não interferirá no patrimônio pois se trata de um material reversível</li> </ul>

Quadro 2 – Alternativas de soluções em relação ao componente Orientação Espacial nas Áreas de Acesso às Edificações

Na primeira coluna apresenta-se o problema identificado e as pessoas que, na ausência de solução, são afetadas. Na segunda é indicado se o problema é abordado por alguma norma ou lei (ABNT NBR 9050/2004, ABNT NBR 9077/2001, ABNT NBR 13994/2000 e Decreto-Lei Federal 5296/2004) ou não e, quando abordado, o que a norma/lei recomenda. Na terceira coluna é apontado se a solução para o problema gera conflito com o patrimônio e o motivo pelo qual ele ocorre. Na quarta e última coluna são apresentadas as possíveis soluções para resolvê-lo, evitando conflitos com o patrimônio.

O quadro 2 indica que todos os problemas identificados em relação ao componente orientação espacial nas áreas de acesso às edificações não foram solucionados por gerarem conflitos com o patrimônio.

Observa-se que, dos cinco problemas encontrados, três não são contemplados por normas ou leis. Isso indica que estas questões devem ser consideradas na próxima revisão da ANBT NBR 9050. Para todos os casos apontados foi possível sugerir possíveis soluções.

## 7. CONCLUSÕES

O estudo desenvolvido mostrou que, apesar dos grandes avanços que vêm ocorrendo em relação à consciência social, pessoas com deficiências e que sofrem restrições ainda são excluídas de atividades comuns, como ter acesso aos edifícios de uso público e cultural. E, mesmo os mecanismos legais que foram criados nos últimos anos, todos de grande importância, ainda não são aplicados como deveriam e com a abrangência necessária.

A norma brasileira de acessibilidade, apesar de contemplar alguns itens referentes aos bens tombados, não exemplifica soluções de projeto que possibilitem adaptações em edificações históricas, tornando difícil sua aplicação. Além disso, a Instrução Normativa nº1 do IPHAN (2003) que dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, apesar de oferecer algumas diretrizes para a promoção de acessibilidade, ainda é superficial.

Apesar da revitalização de edificações realizada pelo Programa Monumenta na cidade de Pelotas ter considerado as normas técnicas, as ações ligadas à acessibilidade ocorreram de forma isolada – atendem a um único componente de acessibilidade, por exemplo, e por isso são pouco eficazes, dificultando ou, até mesmo, impossibilitando o acesso e a participação nas atividades por todas as pessoas, já que em muitos aspectos ainda é observado o descumprimento da legislação. Acredita-se que a dificuldade dos técnicos em entender o problema se deve a falta de estudo durante o curso de graduação a respeito do tema, pois ele é recente.

Espera-se que as soluções apontadas para a implementação de acessibilidade em edificações históricas auxiliem a tomada de decisões em situações específicas, como aquelas em que os parâmetros de acessibilidade conflitam com os de preservação. Além disso, espera-se contribuir para o aprimoramento da legislação de acessibilidade em bens tombados.

## REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050. ***Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.*** Rio de Janeiro, ABNT, 2004.

APPOLINÁRIO, Fábio. ***Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa.*** São Paulo: Thompson, 2006. 220p.

BINS ELY, Vera Helena Moro. ***Acessibilidade Espacial: Condição Necessária para o Projeto de ambientes Inclusivos.*** In: Anamaria de Moraes (org) – Ergodesign do Ambiente Construído e Habitado: Ambiente Urbano, Ambiente Público, Ambiente Laboral. 2ª Ed. Rio de Janeiro: iUsEr, 2004.

BRASIL. ***Constituição da República Federativa do Brasil.*** Brasil, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)> - Acesso em 28/01/2009.

BRASIL. ***Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.*** BRASIL, 2004.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia. **Planilhas Técnicas do Ministério Público Estadual**. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2005.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia. **Promovendo a acessibilidade nos edifícios públicos: Programa de Fiscalização do Ministério Público de Santa Catarina**. Trabalho em andamento. Florianópolis, 2009.

DISCHINGER, Marta. **Desenho Universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis** / Marta Dischinger, Vera Helena Moro Bins Ely, Rosângela Machado, Karine Daufenbach, Thiago Romano Mondini de Souza, Rejane Padaratz e Camile Antonini. – Florianópolis: PRELO, 2004. 190p.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; COHEN, R. **Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental**. In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo, USP: 2006. 12p.

FABRIS, Annateresa (org). **Eclétismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel. Editora da Universidade de São Paulo: 1987. 296 p.

GERENTE, Melissa Miroski. **Introduzindo diretrizes de projeto para a acessibilidade em sítios históricos a partir do estudo de São Francisco do Sul**. Florianópolis, 6 de abril de 2005, 203p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação, UFSC, 2006.

IPHAN. **Instrução Normativa nº 1, de 25 de Novembro de 2003**. IPHAN, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 6. ed. – 6. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008. 315p.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de; SCHLEE, Andrey Rosenthal. **100 Imagens da Arquitetura Pelotense**. 2ª edição. Pelotas: Pallotti, 2002. 240p.

OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos**. Florianópolis, 2006. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Espelhos, máscaras e vitrines: estudo iconográfico de fachadas arquitetônicas: Pelotas, 1870-1930**. – Pelotas: EDUCAT, 2002. 143p.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O Eclétismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40**. Dissertação de Mestrado desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Günter Weimar no Mestrado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, 1993. 215 p.